

Marcelo Lopes
consultor

Rua: Padre Roma, 120 | Emp. Padre Roma | Sala 1001 | Tamarineira | Recife-PE
Fone: 81 3097.5022 | 81 99906.4983 | 81 98507.9447 9.8216-9632
mlopes01@bol.com.br
www.virtusconsultoria.net

Edo ALCAN @ RA Hoo

44568-3097 - DR. FRED



fred@virtusconsultoria.net
fidalia@yahoo.com.br

Trata-se de notas explicativas referentes a serviços de auditoria realizados nos repasses efetuados pela empresa ALÉM DO PÃO à Receita Federal do Brasil a título de Contribuição Previdenciária Patronal.

Compulsando as Gfip's emitidas pela ALÉM DO PÃO, observamos a inclusão na base de cálculo da Contribuição Previdenciária de diversas rubricas que não sofrem incidência do supracitado tributo.

Elencamos abaixo as rubricas que se encontram atingidas pela impropriedade mencionada no parágrafo anterior:

- a) Terço de Férias;
- b) Aviso Prévio Indenizado;
- c) Férias indenizadas ou não;
- d) Periculosidade;
- e) Adicional Noturno
- f) Férias Gozadas

Compulsando o rol acima, constatamos facilmente que todas as rubricas estão relacionas com as denominadas verbas indenizatória, ou seja, não são pagas em retribuição ao trabalho efetivamente prestado pelos empregado, pois possuem caráter indenizatório, e, o mais importante, não integram os proventos de aposentadoria deles. É a inteligência da decisão abaixo colacionada, exarada pelo Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.322.945 - DF (2012/0097408-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

RECORRENTE : GLOBEX UTILIDADES S/A

ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária. Os valores percebidos pelo empregado nos primeiros 15 dias de afastamento do trabalho por motivo de doença não possuem natureza salarial, uma vez que não há contraprestação

ao trabalho realizado e possui efeitos transitórios, não devendo sobre ele incidir a contribuição previdenciária.

É de fácil compreensão separar as rubricas que são pagas em razão de contraprestação a determinado trabalho ou são remuneradas em virtude de indenização, que gera, na realidade, uma indenização, possuindo natureza de transitoriedade, e, por isso, não deve incidir a denominada contribuição previdenciária. Analisemos cada uma delas.

O Terço Constitucional de Férias e o Auxílio-Doença (referente aos primeiros quinze dias de afastamento) possuem natureza indenizatória, pois não existe contraprestação de trabalho por parte do segurado, estando a matéria pacificada, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1217686 PE 2010/0185317-6 (STJ)

Ementa: TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO PORHOMOLOGAÇÃO. TESE DOS CINCO MAIS CINCO. PRECEDENTE DO RECURSOESPECIAL REPETITIVO N. 1002932/SP. OBEDIÊNCIA AO ART. 97 DA CR/88 .**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. AUXÍLIO-DOENÇA. PRIMEIROS 15 DIAS DE AFASTAMENTO. ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS. NÃOINCIDÊNCIA.** 1. Consolidado no âmbito desta Corte que nos casos de tributo sujeito a lançamento por homologação, a prescrição da pretensão relativa à sua restituição, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da Lei Complementar n. 118 /05 (em 9.6.2005), somente ocorre após expirado o prazo de cinco anos, contados do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, a partir da homologação tácita. 2. Precedente da Primeira Seção no REsp n. 1.002.932/SP, julgado pelo rito do art. 543-C do CPC, que atendeu ao disposto no art. 97da Constituição da República, consignando expressamente a análise da inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 118 /05 pela Corte Especial (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007). 3. **Os valores pagos a título de auxílio-doença e de auxílio-acidente, nos primeiros quinze dias de afastamento, não têm natureza remuneratória e sim indenizatória, não sendo considerados contraprestação pelo serviço realizado pelo segurado. Não se enquadram, portanto, na hipótese de incidência prevista para a contribuição previdenciária. Precedentes.** 4. **Não incide contribuição previdenciária sobre o adicional de 1/3 relativo às férias (terço constitucional). Precedentes.** 5. **Recurso especial não provido.**

Analisemos agora a não incidência de contribuição previdenciária sobre o Salário-Maternidade e as férias usufruídas e férias indenizadas. Com efeito, na mesma linha das demais rubricas analisadas, é de fácil percepção de que também não existe contraprestação de serviços por parte do segurado, tratando-se de verbas indenizatórias, não existindo a

possibilidade de tributação por meio de contribuição previdenciária. Mais uma vez, transcrevemos abaixo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-MATERNIDADE E FÉRIAS USUFRUÍDAS. AUSÊNCIA DE EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELO EMPREGADO. NATUREZA JURÍDICA DA VERBA QUE NÃO PODE SER ALTERADA POR PRECEITO NORMATIVO. AUSÊNCIA DE CARÁTER RETRIBUTIVO. AUSÊNCIA DE INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO DO TRABALHADOR. NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARECER DO MPF PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O SALÁRIO-MATERNIDADE E AS FÉRIAS USUFRUÍDAS.

- 1. Conforme iterativa jurisprudência das Cortes Superiores, considera-se ilegítima a incidência de Contribuição Previdenciária sobre verbas indenizatórias ou que não se incorporem à remuneração do Trabalhador.*
- 2. O salário-maternidade é um pagamento realizado no período em que a segurada encontra-se afastada do trabalho para a fruição de licença maternidade, possuindo clara natureza de benefício, a cargo e ônus da Previdência Social (arts. 71 e 72 da Lei 8.213/91), não se enquadrando, portanto, no conceito de remuneração de que trata o art. 22 da Lei 8.212/91.*
- 3. Afirmar a legitimidade da cobrança da Contribuição Previdenciária sobre o salário-maternidade seria um estímulo à combatida prática discriminatória, uma vez que a opção pela contratação de um Trabalhador masculino será sobremaneira mais barata do que a de uma Trabalhadora mulher.*
- 4. A questão deve ser vista dentro da singularidade do trabalho feminino e da proteção da maternidade e do recém nascido; assim, no caso, a relevância do benefício, na verdade, deve reforçar ainda mais a necessidade de sua exclusão da base de cálculo da Contribuição Previdenciária, não havendo razoabilidade para a exceção estabelecida no art. 28, § 9º., a da Lei 8.212/91.*
- 5. O Pretório Excelso, quando do julgamento do AgRg no AI 727.958/MG, de relatoria do eminente Ministro EROS GRAU, DJe 27.02.2009, firmou o entendimento de que o terço*

constitucional de férias tem natureza indenizatória. O terço constitucional constitui verba acessória à remuneração de férias e também não se questiona que a prestação acessória segue a sorte das respectivas prestações principais. Assim, não se pode entender que seja ilegítima a cobrança de Contribuição Previdenciária sobre o terço constitucional, de caráter acessório, e legítima sobre a remuneração de férias, prestação principal, pervertendo a regra áurea acima apontada.

6. O preceito normativo não pode transmudar a natureza jurídica de uma verba. Tanto no salário-maternidade quanto nas férias usufruídas, independentemente do título que lhes é conferido legalmente, não há efetiva prestação de serviço pelo Trabalhador, razão pela qual, não há como entender que o pagamento de tais parcelas possuem caráter retributivo. Consequentemente, também não é devida a Contribuição Previdenciária sobre férias usufruídas.

7. Da mesma forma que só se obtém o direito a um benefício previdenciário mediante a prévia contribuição, a contribuição também só se justifica ante a perspectiva da sua retribuição futura em forma de benefício (ADI-MC 2.010, Rel. Min. CELSO DE MELLO); destarte, não há de incidir a Contribuição Previdenciária sobre tais verbas.

(...)

24. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial para afastar a incidência de Contribuição Previdenciária sobre o salário-maternidade e as férias usufruídas.

Antes de definir a incidência ou não de Contribuição Previdenciária sobre uma determinada verba é preciso analisar a sua natureza e se a mesma será computada para cálculo dos benefícios de aposentadoria, porquanto, conforme iterativa jurisprudência das Cortes Superiores, considera-se ilegítima a incidência de Contribuição Previdenciária sobre verbas indenizatórias ou que não se incorporem à remuneração do Trabalhador.

Nesse sentido, é clarividente que não podem sofrer incidência de tributação por meio de contribuição de previdenciária as verbas relacionadas com aviso-prévio indenizado as horas extras.

É de bom tom lembrar que se o trabalhador recebe, por exemplo, ordinariamente R\$ 100,00 pela hora trabalhada e R\$ 150,00 pela hora extra trabalhada, a parcela que se defende não sofrer incidência das contribuições previdenciárias é a relativa ao acréscimo de R\$ 50,00, uma vez que este adicional, como nas linhas seguintes se pretende demonstrar, tem por razão exatamente **INDENIZAR ao trabalhador o horário de descanso e de lazer sacrificado**. O Supremo Tribunal Federal tem posicionamento pacificado nesse sentido:

"Agravamento regimental em recurso extraordinário. 2. Prequestionamento. Ocorrência. 3. Servidores públicos federais. Incidência de contribuição previdenciária. Férias e horas extras. Verbas indenizatórias. Impossibilidade. 4. Agravamento regimental a que se nega provimento."

(Supremo Tribunal Federal, RE 545317 AgR, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ de 19/02/2008)

O Supremo Tribunal Federal também se posicionou a respeito do Aviso Prévio Indenizado, nos seguintes termos:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE 1/3 FÉRIAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. PERTINÊNCIA. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS.

I. O colendo STF firmou-se pela não incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedente: STF, AI-AgR 603.537/DF, rel. Min. Eros Grau, 2T, ac.un., DJU 30/03/2007. Tal orientação deve ser seguida tanto para os servidores públicos quanto para os empregados submetidos ao regime geral da Previdência Social. Caráter compensatório da verba.

II. O aviso prévio é a notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à parte contrária, comunicando-lhe a intenção de rescindir o vínculo laboral, em data certa e determinada, observado o prazo determinado em lei.

III. O período em que o empregado efetivamente trabalha após ter dado ou recebido o aviso prévio é computado como tempo de serviço para efeitos de aposentadoria e remunerado de forma habitual, por meio de salário. Todavia, rescindido o contrato pelo empregador, com dispensa do trabalho inclusive, não há contraprestação de serviços. O pagamento do valor relativo ao salário correspondente ao período de aviso prévio decorre do disposto no art. 487, § 1º, da CLT, hipótese em que a importância recebida tem natureza indenizatória/compensatória.

IV. O fato gerador e a base de cálculo da cota patronal da referida contribuição encontram-se previstos no art. 22 da Lei 8.212/1991. Assim, "ausente previsão legal e constitucional para a incidência de contribuição previdenciária sobre

importâncias de natureza indenizatória, da qual é exemplo o aviso prévio indenizado" (dispensado), "não caberia ao Poder Executivo, por meio de simples ato normativo de categoria secundária, forçar a integração de tais importâncias à base de cálculo da exação. A revogação da alínea f do inciso V, § 9º, artigo 214, do Decreto 3.048/1999, nos termos em que promovida pelo artigo 1º do Decreto 6.727/2009, não tem o condão de autorizar a cobrança de contribuições previdenciárias calculadas sobre o valor do aviso prévio indenizado" (AI 2009.30.00.20390-8, Des. Federal Cotrim Guimarães, TRF3, Segunda Turma, 11/03/2010).

V. Precedentes jurisprudenciais dos cinco Tribunais Regionais Federais. Suspensão da exigibilidade do crédito previdenciário (CTN, art. 151): pertinência. VI. Agravo regimental improvido. (AGA 0046626-63.2010.4.01.0000/GO; rel. Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas (convocada), 7ª Turma, Unânime, Publicação: e-DJF1 de 11/03/2011, p. 509.)

Passemos, nesse instante, a analisar a não incidência da contribuição previdenciária sobre os adicionais de periculosidade e insalubridade.

A Consolidação das Leis do Trabalho considera como insalubre as atividades ou operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Desta feita, o adicional de insalubridade possui natureza indenizatória em razão dos riscos de contração de moléstias pelos trabalhadores; de modo que não há incidência de contribuições previdenciárias sobre as verbas recebidas a este título, raciocínio idêntico em relação à periculosidade. Vejamos decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região sobre a matéria:

Apelação Cível Nº 2001.72.00.003379-0/SC.

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. LEI N.º 9.783/99. ROL EXEMPLIFICATIVO DE PARCELAS EXCLUÍDAS. LEITURA CONSTITUCIONAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO E ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES. DESCONTOS INDEVIDOS. DEVOLUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS(..) 2. Estando relacionados entre si o valor do benefício

e o da contribuição, o rol de parcelas excluídas da base de cálculo da contribuição previdenciária, constante do artigo 1.º, parágrafo único, da Lei n.º 9.783, de 28 de janeiro de 1999, deve ser considerado como exemplificativo, pois que excluídas estão, igualmente, todas as parcelas remuneratórias que não sejam consideradas para efeito de cálculo e pagamento do benefício de aposentadoria. O mesmo se conclua com relação ao elenco contido no § 1.º, do artigo 4.º, da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, que regulamentou disposições da Emenda Constitucional n.º 41/2003, revogando a Lei n.º 9.783/99. (...). 5. O abono pecuniário decorrente da conversão de até um terço de férias, a conversão de licença-prêmio em pecúnia e o auxílio-alimentação possuem caráter indenizatório, não integrando a base de cálculo da contribuição. 6. O adicional de prestação de serviço extraordinário, o adicional noturno, o auxílio-funeral, o adicional de um terço de férias, o auxílio-natalidade, o adicional de insalubridade, de periculosidade ou de penosidade e o adicional de sobreaviso, por serem vantagens transitórias, não se incorporam aos proventos, e, em consequência disso, não devem integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária. 7. A exclusão da gratificação pelo exercício de cargo ou função comissionada da base de cálculo da contribuição igualmente se impõe em razão de não ser incorporada aos proventos do servidor inativo. 8. O termo inicial da correção monetária é a data do vencimento de cada prestação, em face do caráter alimentar da dívida. 9. Tendo em conta a natureza alimentar das parcelas reclamadas, incidem juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação. 10. Apelo do autor provido. Remessa oficial e apelos das rés parcialmente providos. (TRF-4 - AC: 3379 SC 2001.72.00.003379-0, Relator: MARIA HELENA RAU DE SOUZA, Data de Julgamento: 16/06/2005, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 13/07/2005 PÁGINA: 457)



VIRTUS
consultoria e serviços

Com a confirmação de que as verbas aqui tratadas não sofrem incidência de tributos relativos à contribuição previdenciária, temos a configuração de direito à compensação dos valores pagos indevidamente pela Além do Pão.

Art. 89. As contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 desta Lei, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido ou maior que o devido, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

- I - receitas da União;
- II - receitas das contribuições sociais;
- III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

- a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;
- b) as dos empregadores domésticos;
- c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; d) as das

Por fim, salientamos que seguem em anexo as planilhas com os cálculos efetuados, bem como o material fornecido pela Além do Pão, que serviu de base para os trabalhos.

VIRTUS SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA
CNPJ 00.533.151/0001-05

Rua Padre Roma 120, Empresarial Padre Roma, Sala 1001,
Tamarineira, Recife, Pernambuco, Telefone: (81) 3097-5022,
www.virtusconsultoria.net



CONTRATO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

I – DAS PARTES

CONTRATANTE: SANFERNANDO ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.178.017/0001-69, com sede na Rua Prof. Augusto Lins e Silva, 211 - Boa Viagem, Recife/PE, no presente feito representado pelo Diretor Fernando Rebelo.

CONTRATADA: VIRTUS SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.533.151/0001-05, com sede na Rua Padre Roma, 120, Empresarial Padre Roma, Sala 1001, Tamarineira, Recife/PE, no presente feito representado pelo Sócio-Diretor Frederico de Alcântara e Silva, economista, inscrito no Corecon / PE sob o nº 4753, com CPF nº 018.613.854-71.

II – DO OBJETO

Cláusula 1a – A CONTRATADA executará serviços profissionais de assessoria e consultoria empresarial na área tributária quanto às matérias referentes à recuperação de tributos Federais, Estaduais e Municipais pagos a maior ou indevidamente, com o objetivo de compensação e /ou restituição pela via administrativa e/ou judicial.

III – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Cláusula 2a – Os serviços ora ajustados incluem todas as instruções contábeis e o levantamento da documentação necessária para a elaboração das planilhas que demonstrem e comprovem os valores da economia tributária apurada e para o reconhecimento, ressarcimento, restituição ou compensação de débitos vencidos ou vincendos, por meio de procedimento judicial e/ou administrativo.

IV – DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 3a – A remuneração a ser paga pelos serviços dos CONTRATADOS será de 20% (vinte por cento) do valor líquido e atualizado de todos os tributos restituídos ou compensados. Os honorários se vinculam a êxito de etapas, sendo devidos contra emissão de Nota Fiscal no ato do protocolo dos pedidos de compensação dos tributos. O valor a ser

Rua Padre Roma 120, Empresarial Padre Roma, Sala 1001,
Tamarineira, Recife, Pernambuco, Telefone: (81) 3097-5022,

www.virtusconsultoria.net

M07

recebido deverá ter descontado o IRRF a ser calculado, de acordo com a Lei vigente à época.

Cláusula 4a – A remuneração pactuada inclui toda e qualquer despesa da CONTRATADA, não tendo a mesma direito a ser ressarcidos de despesas com fotocópias, alimentação, tributos, entre outras congêneres, fazendo jus apenas a remuneração, a título de honorários, fundamentada na cláusula de êxito.

V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 5a – São obrigações da CONTRATADA:

1. Elaborar planilhas de valores a compensar e/ou restituir;
2. Formular cálculos de correção monetária;
3. Peticionar restituições;
4. Orientar quanto as compensações administrativas dos tributos ou contribuições;
5. Solicitar relatórios junto aos órgãos administrativos referentes aos débitos vencidos, ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa ou não;
6. Acompanhar os processos;
7. Elaborar e protocolizar ações judiciais que se fizerem necessárias para consecução da compensação tributária;
8. Acompanhar as fases processuais;
9. A CONTRATADA é integralmente responsável por si e por seus prepostos, pelas diligências e técnicas empregadas na elaboração das planilhas, cálculos, petições e demais requerimentos, bem como pelo acompanhamento dos processos administrativos, desde que não haja qualquer interferência por parte da CONTRATANTE.

VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula 6a – São obrigações da CONTRATANTE:

1. A CONTRATANTE é responsável pela veracidade da documentação necessária entregue à CONTRATADA;
2. A CONTRATANTE deverá fornecer toda a documentação necessária para o bom andamento e cumprimento do objeto deste contrato;
3. A CONTRATANTE deverá informar à CONTRATADA a destinação e utilização fiscal ou contábil dos créditos tributários apurados, bem como determinar por escrito os débitos vincendos com antecedência de 05 (cinco) dias do vencimento do débito para que se possa comunicar aos órgãos respectivos acerca das compensações.

VII – DO SIGILO

Cláusula 7a – Todos os trabalhos de apuração, recuperação e economia tributária serão relatados por escrito pela CONTRATADA e entregados apenas à Diretoria da CONTRATANTE ou à pessoa indicada por escrito, sendo mantidos em completo sigilo todas as informações quanto ao seu conteúdo. A CONTRATADA compromete-se em manter o sigilo absoluto das informações e documentos que receba da CONTRATANTE para realização dos serviços objeto da presente avença, sob pena de rescisão contratual e pagamento de multa, devendo a CONTRATADA requerer autorização por escrito a CONTRATANTE sempre que precisar anexar cópias de documentos em processos administrativos e/ou judiciais.

VIII – DA RESCISÃO

Cláusula 8a – O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes sem aplicação de sanção, sendo necessária apenas a comunicação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

IX – DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Cláusula 9a – As partes não serão responsáveis pelo cumprimento de suas respectivas obrigações, no caso de evento que se caracterize como caso fortuito ou força maior, previsto no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

X – DO PRAZO

Cláusula 10a - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o final das compensações, ou seja, estará vinculado aos prazos dos procedimentos administrativos e judiciais e suas condições prevalecerão enquanto a CONTRATANTE possuir créditos levantados pela CONTRATADA para fins de compensação tributária administrativa e/ou judicial, bem como os direitos e obrigações que deverão seguir o que for convencionado em casos de reorganização societária da CONTRATANTE ou da CONTRATADA.

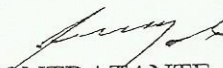
XI – DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Cláusula 11a – As partes, quando necessário, realizaram reunião objetivando dirimir toda e qualquer dúvida acerca do instrumento contratual em questão.

XII – DO FORO

Cláusula 12a – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Recife como único competente para reconhecer e dirimir todas as questões e controvérsias oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e como prova de haverem assim lido e concordado com todas as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento particular, por estarem assim justos e contratados as partes o assinam em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que o mesmo produza seus legais efeitos.

Recife, 30 de maio de 2016.


CONTRATANTE
SANFERRANDO ALIMENTOS LTDA
CNPJ 02.178.017/0001-69


CONTRATADA
VIRTUS SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ 00.533.151/0001-05

Trata-se de um breve razoado a respeito de alguns procedimentos referentes a compensação de contribuições previdenciárias.

A empresa ou equiparado que efetuar pagamento ou recolhimento indevido de contribuição previdenciária, inclusive de encargos legais, ou que sofrer retenção no ato da quitação da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços poderá solicitar restituição ou fazer a compensação do respectivo valor no recolhimento de contribuição referente a períodos subsequentes, e ainda ser ressarcida dos valores de quotas de salário-família e salário-maternidade pagos a seus empregados.

Neste comentário, vamos analisar quais os procedimentos para compensar créditos de contribuições previdenciárias.

1. COMPENSAÇÃO

Podemos definir que a compensação é o procedimento facultativo pelo qual o sujeito passivo se ressarce de valor pago indevidamente, maior que o devido ou em duplicidade, deduzindo-o das contribuições previdenciárias devidas.

Em conformidade com a legislação, a empresa ou equiparado que apurar crédito relativo às contribuições previdenciárias administradas pela Receita Federal do Brasil, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias a períodos subsequentes.

2. LIMITE PARA COMPENSAÇÃO

A Medida Provisória 449/2008 revogou o dispositivo que limitava o valor para efetuar a compensação na GPS.

Assim sendo, a compensação de crédito relativa às contribuições previdenciárias poderá ser superior a 30% do valor das contribuições devidas, em cada competência.

3. INFORMAÇÃO NA GFIP/SEFIP

A compensação deverá ser informada em GFIP/SEFIP na competência de sua efetivação.

a) informar o valor corrigido a compensar, efetivamente abatido na GPS, na correspondente competência;

b) declarar, também, Período (Início e Fim) a que se refere o valor a compensar.
Exemplo: Valor recolhido a maior no exercício de 2015, colocar no período – janeiro/2015 a dezembro/2015

- Exemplo Prático:

- Valor das contribuições devidas à Previdência Social (não inclui outras entidades e fundos) = R\$ 12.000,00;

- Compensação de valor recolhido indevidamente (já atualizado) = R\$ 8.000,00.

Quando o empregador/contribuinte informar o valor de R\$ 8.000,00 no campo Compensação, no momento do fechamento o SEFIP abrirá uma tela alertando para a informação superior ao limite de 30% e solicitando a confirmação ou não do valor informado.

Observação:

Cabe ressaltar que com a edição da Medida Provisória 449/2008, vigente a partir de 4-12-2008, o limite de compensação de 30% foi extinto, ou seja, no preenchimento do SEFIP deve ser sinalizada a opção sim para confirmar que pode ser ultrapassado o mencionado limite.

4. OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS

É vedada a compensação pela empresa ou equiparada das contribuições destinadas a outras entidades ou fundos (SESC, SENAC, SESI, SENAI, etc), lançadas no Campo 9 da GPS.

BASE DE CALCULO

PRO LABORE	880,00	C SINDICAL/SIND.	93,17
SALARIO ESTAGIO	2.680,86	FALTAS/DRS ESTAG.	0,00
SALARIO	82.619,96	VT 6.0 %	3.855,18
SALDO SALARIO	6.196,13	DSR FALTAS	104,30
ADC. NOT. HE	0,00	FALTAS DIAS	198,10
ADC. NOTUR. TRAB	0,00	AUSENCIA	52,23
DSR HE	718,31	ADIANTAMENTO	33.669,00
HE 50%	5.677,04	TICKET ALIMENTAÇÃO	753,82
HE 50% NOT	0,00	AVISO PREVIO IND	0,00
férias vencidas	0,00	PLANO	724,77
1/3 vencidas	0,00	DIF DE CAIXA	89,63
FÉRIAS GOZADAS	0,00	EMPRESTIMO	0,00
1/3 FÉRIAS	0,00	PLANO DEP	2.474,88
ABONO PEC	0,00	VT. REEMB.	207,67
1/3 ABONO	0,00	EMPREST. SD ANT	100,68
AVIS. PREV	2.299,25	PENSAO	276,60
FÉRIAS PROP RESC	2.580,29	INSS	7.719,42
1/3 FÉRIAS PRO RESC	860,10	INSS 13º	0,00
13 SAL RESC	2.388,69	INSS API	0,00
13º AVISO PREVIO	191,60	INSS 13º RESC.	191,08
FÉRIAS AV. PREV	191,60	PG FÉRIAS LIQ	0,00
1/3 férias av prev	63,87	PG RESC LIQ	11.996,15
DIF FÉRIAS	0,00	PG RESC DIF	0,00
HORAS EXTRAS 100	0,00	ESTORNO	250,00
HORAS EXTRAS 100 NOT	0,00	1ª PARCELA 13º	0,00
HORAS EXTRAS 100	0,00	IRRF FÉRIAS GOZADAS	0,00
MULTA 479	274,74	IRRF	0,00
DIF DSR	0,00	FALTAS	354,63
DIF ADC NOT	0,00	INSS	7.719,42
SAL FAM INSS	1.160,59	INSS 13	0,00
SAL MATERNID.	0,00	INSS API	0,00
QUEBRA DE CAIXA	437,49	INSS 13 RESC	191,08
PERICULOSIDADE	0,00		
AJUSTE SD DEV RESC	0,00		
ESTORNO	0,00		
EMPRESTIMO SALDO DEV	125,85		
DIF RESCISAO	0,00		
DSR A SER DESCONSIDER	0,00		

TOTAL PROVENTOS 109.346,37

BASE DE CALCULO 95.353,15

RETIDO SEGURADOS 7.910,50

SAL FAMILIA + MATERN 1.160,59

RAT 3% 2.860,59

INSS (20%) 19.070,61

Terceiros (5.8%) 5.530,48

Cont. Autônomos 176,00

34.387,60

TOTAL DESCONTOS 62.756,68

LIQUIDO 46.589,69

Conferencia gfiip
segurado
Empregados/avulsos 7.910,50

2.838,52
0,00
2.838,52

5.677,04

2.838,52

Cálculo Final da GPS

8.397,30 (INSS+CONT AUTÔNOMOS)XFATOR DOS PRODUTOS NÃO DESONERADOS = DIF RELATIVA PROD NÃO DESONERADOS
10.849,31 INSS-DIF RELATIVA PROD NÃO DESONERADOS = COMPENSAÇÃO
Fator dos produtos não desonerados 0,4363 ref faturamento total do mês de AGOSTO
Parcela de produtos desonerados 4.222,55 (valor sobre 63,61% do faturamento mensal)
4.222,55 Parcela de produto desonerados

7.910,50 Contribuição retida do funcionário
5.530,48 outras entidades
2.860,59 RAT
19.070,61 INSS
176,00 Contribuição dos Autonomos
1.160,59 Sal. Família + Maternidade
23.538,28 GPS
4.222,55 DARF

Da GPS
14.009,05 campo 6
5.530,48 campo 9
19.539,54 campo 11

27.760,83 TOTAL

Obs.: Não mexer com as fórmulas acima de CÁLCULO FINAL GPS

[Assinatura]

34387,60.
- 5530,48

28857,12

→ COMPENSADO EM 20/07/2016